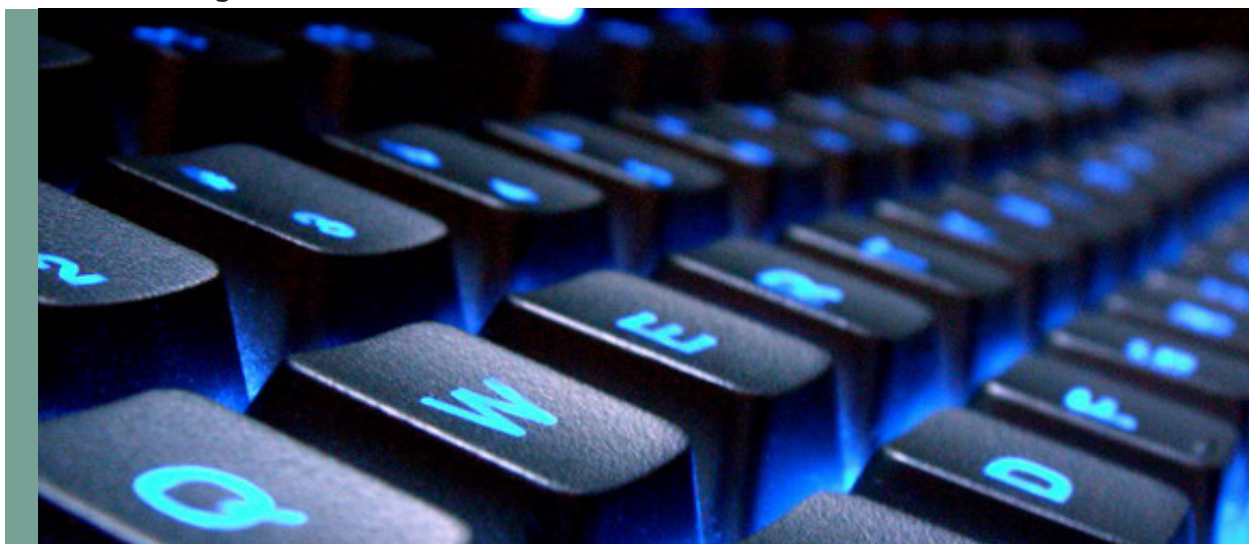


ForumCTIE

# RESUMO EXECUTIVO DA REUNIÃO

## Reformulação da Lei de Informática



O primeiro assunto da pauta foi a reformulação da lei de Informática, sancionada com vetos no dia 11 de junho, sobre o número 13.674, publicada no DOU no dia seguinte. A reformulação da lei de Informática se fez necessária para garantir estabilidade jurídica às empresas que aceitarem substituir o pagamento do IPI por investimento em P&D. A Lei da Informática permite a isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de informática e automação, desde que as empresas investissem, no mínimo, 5% de seu faturamento bruto no mercado interno em atividades de pesquisa e desenvolvimento, parte feitas dentro da própria empresa, parte em ICTs.

Várias empresas aderiram aos benefícios da lei de Informática, porém a União – leia-se o MC-TI - não fiscalizou a contrapartida dos benefícios nos últimos doze anos. Quando finalmente o fez, contratando o Instituto Eldorado para fiscalizar as prestações de contas, em 2017, rejeitou 75,5% dos valores investidos na Zona Franca de Manaus e 60% no restante do País. Essas empresas passaram a ser acusadas de evasão fiscal. As multas ficaram impagáveis.

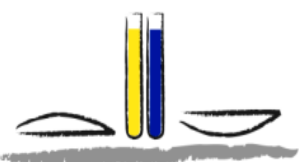
A reformulação da lei, previa a fiscalização por amostragem e conver-tia todas as multas em novos investimentos em P&D, entre outras coisas. Com os vetos, a reformulação da lei a piorou, pois a fiscalização continuará a ser feita em todos os projetos, e não se pode mais investir os recursos desti-

nados para P&D para compra de infraestruturas de pesquisas e nem para custos administrativos.

O ForumCTIE se articulará para pedir a derrubada dos vetos do Presidente da República. É importante que as Entidades também se mobilizem.

### Abertura e boas-vindas

Abriu os trabalhos a Profa. Maria Emília Walter, Decana de Pesquisa e Inovação da Universidade de Brasília (UnB), que nesta reunião representava também o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), que deu as boas-vindas em nome da Universidade. Em seguida, passou a palavra para o Gesil Amarante II, representante do Fortec e Coordenador-Geral do ForumCTIE. Este deu suas boas-vindas e pediu assiduidade das Entidades às reuniões. Em especial, em face a baixa assiduidade do representante da Academia Brasileira de Ciências em 2018, o Coordenador Geral pediu que a Entidade mande um representante, quando o representante oficial puder ir. Ele realçou a importância da ABC no ForumCTIE, que ocupou até o ano passado um cargo na Coordenação Geral.



## Projetos Prioritários



O ForumCTIE criou uma planilha no GoogleDoc para que acompanhemos os projetos prioritários para o nosso setor.

Em especial discutiu-se o PL 6299/2002, sobre a regulamentação de agrotóxicos fitossanitários. Quase toda a comunidade civil, além de artistas e personalidades públicas já se manifestaram contra o projeto, mas do outro lado tem-se os interesses dos ruralistas, que já se mostraram muito fortes neste governo. O ideal neste momento é que esse projeto não se mova no Congresso. Há temor que ele seja aprovado no segundo semestre, quando todos estarão voltados para eleições e precisam de apoio dos ruralistas.

Discutiu-se também o PLC 53/2018, que disciplina a proteção de dados pessoais. Não há consenso entre as entidades que estavam representadas ontem.

Também se discutiu o PLC 70/2014, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais. É consenso que a versão que foi aprovada na Câmara é melhor do que o resultado que o Senado anda produzindo. Acredita-se que esse projeto voltará a Câmara no ano que vem. No ano de eleição, parlamentares ficam ao lado das ONGs protetoras dos animais. Há senadores, como Gleisi Hoffmann e Randolfe Rodrigues, que acreditam que experiências científicas devam ser feitas em seres humanos diretamente, uma vez que esses têm discernimento para serem voluntários. Os animais não podem escolher.

## Assuntos Gerais

O Dep. Sibá Machado prometeu tentar emendar a LDO para que não exista Reserva de Contingenciamento no FNDCT em 2019. Precisamos ajudar, falando com parlamentares. Sobre a Comissão Geral, que acontecerá na manhã do dia 12 de julho, todas as Entidades devem mandar representantes. A ABC receberá um convite oficial pelo gabinete do Líder do PC do B. Precisamos lotar o plenário nesse dia. Mas tão importante quanto lotar o auditório, é levar parlamentares para essa Comissão. Vamos pedir a deputados que apareçam a essa Comissão Geral, e as entidades podem ajudar, conversando ou enviando e-mail para os deputados das suas regiões.

## Distribuição dos convites da Comissão Geral (12/07 – Marcha pela Ciência)

A ideia de termos uma semana de votações de projetos prioritários para a Ciência se enfraqueceu. Há 6 semanas não há a reunião de líderes que podem permitir que isso aconteça. Os deputados Rodrigo Mais e Celso Pansera entenderam que não haverá mais oportunidades neste ano, as vésperas da Copa, das Festas Juninas, do Recesso Parlamentar e do início das campanhas eleitorais. Eles decidiram colocar em pauta, como requisição de urgência, por decisão do Presidente da Câmara, apenas dois projetos: o PLP 358/2017, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para instituir vedação à limitação de empenho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia – FNDCT; e o PL 5876/2016, que dispõe sobre a aplicação dos 25% recursos do Fundo Social nas áreas de Ciência e Tecnologia.

Esses dois projetos serão colocados pelo Dep. Rodrigo Maia em regime de urgência. A representante da SBPC, Mariana Mazza, pediu 3 voluntários para junto com ela, fazer a assessoria de plenário, ou seja, conversar com os parlamentares e explicar os projetos. Ela explicou que quando aparece um projeto em regime de urgência no plenário, a maioria dos parlamentares ficam ressaçados, desconfiados que são projetos ruins. Esse evento não tem data pré-agendada, então ela pediu pessoas que morassem em Brasília. No dia em que for agendada a votação, todos seriam contatos por telefone para irem para o plenário. A Mônica Geovanini, da Fiocruz e o Zacarias Rolim, da Anprotec, se ofereceram e eu prometi telefonar para o Pedro Paulo Teixeira Jr., que representa a FINEP, e convencê-lo a ser voluntário. De fato, ontem à noite, no avião de volta, eu já conversei com o Rodrigo Fonseca, que foi Diretor da FINEP, e ele prometeu ajudar.